

BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – Agosto de 2013

Presidente da CNM lança campanha que defende o **Brasil sem Emendas**

**O subfinanciamento
dos programas oficiais**

**Iluminação de
rodovias federais é
de responsabilidade
do DNIT**

Nesta edição:

- Congresso Nacional muda votação e apoia veto de Dilma
- Municípios provam que a riqueza pode vir do interior
- Programa de combate ao desmatamento é exemplo



Finanças

Isenções do IPI: mudou por quê?

Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o movimento municipalista, representado pelos mais de 5.500 Municípios, causou surpresa o comportamento do Congresso Nacional na apreciação do veto da presidente Dilma Rousseff ao artigo que determinava à União compensar Estados e Municípios pelas desonerações realizadas pelo governo federal no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O que teria motivado a mudança no voto dos parlamentares foi a indagação feita pelos gestores municipais.

Na sessão do Congresso Nacional de 20 de agosto, na Câmara, 228 deputados votaram para derrubar o veto (eram precisos 257 votos) e 195 para manter a decisão de Dilma. No Senado, 38 senadores votaram pela derrubada (eram necessários 41) do veto e 27, pela sua manutenção. Pelas regras do Congresso, o veto só pode ser derrubado se as duas Casas votarem contra sua manutenção.

Além de manter o veto de Dilma ao projeto

do Fundo de Participação dos Estados, que determinava à União compensar Estados e Municípios pelas desonerações realizadas pelo governo federal no IPI e no Imposto de Renda, o Congresso garantiu o veto ao projeto do Ato Médico, o que permite que profissionais de saúde façam procedimentos que a categoria diz ser prerrogativa apenas dos médicos.

Os congressistas também mantiveram vetos de Dilma sobre duas Medidas Provisórias (MP). A presidente vetou itens incluídos por congressistas em MP que desonerou produtos da cesta básica e o projeto que incluiu instituições de ensino superior municipais em programas do governo como o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Na leitura do movimento municipalista, um dos motivos teria sido a estratégia adotada pelo governo nas últimas semanas que, com o objetivo de melhorar a relação com o Congresso, aumentou a liberação de emendas para os parlamentares.

VOTAÇÕES ANTERIORES

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, lembra que, em votações anteriores da mesma matéria, Câmara e Senado aprovaram o projeto por larga margem de votos. Na sessão da Câmara do dia 26 de junho, do total de 513 parlamentares, 358 estava presentes à sessão. E, desse total, 344 votaram favoravelmente, 13 contrários e houve uma abstenção.

No Senado Federal, a proposta foi apreciada em sessão no mesmo dia, 26 de junho. Dos 81 senadores, estavam presentes 58. E, destes, 55 aprovaram a matéria; 1 contra, 1 se absteve e o terceiro voto, do presidente da sessão, não foi computado.

Brasil sem emendas

CNM mostra disparidades na distribuição de emendas e quer acabar com essa prática

Agência CNM

“Brasil sem emendas” é a forma como foi intitulada a campanha que a Confederação Nacional de Municípios (CNM) pretende lançar após os resultados de um estudo elaborado pela entidade. Dados da CNM mostram que, entre 2002 e 2012, as emendas parlamentares somaram R\$ 134 bilhões, e, deste montante, apenas R\$ 22,7 bilhões foram executadas, portanto, 16,9%. Além disso, 629 Municípios do País sequer receberam uma emenda de deputados e senadores em 11 anos.

Se apenas 16,9% das emendas prometidas foram realmente pagas, o restante virou motivo de “chacota” nas cidades, segundo a avaliação do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Ele divulgou o estudo para a imprensa nacional no dia 12 de agosto. Para o dirigente, a primeira preocupação é que as emendas ferem o princípio impessoal e acabam por agravar as diferenças entre os Municípios.

“Os números são surpreendentes. A cada dez emendas, apenas uma é executada em média”, disse Ziulkoski. No estudo, a CNM dividiu as emendas em dois tipos: a Orçamentária (EO), quando a finalidade do recurso não está prevista no Orçamento da União e são exclusivas do parlamentar. E a Emenda Governo (GOV), quando a emenda estiver prevista no Orçamento da União.

Do total de R\$ 134 bilhões, R\$ 120 bilhões se referem às EO, e R\$ 14 bilhões, às emendas GOV. Dos projetos não previstos pelo governo, R\$ 18,5 bilhões foram pagos, uma execução de 15,4%. No caso das ações previstas pelo governo, foram pagas R\$ 4,2 bilhões, uma execução de 28,5%.

EMENDAS INDIVIDUAIS E RESULTADOS ESTADUAIS – Entre os resultados, o estudo aponta que as emendas individuais, aquelas que têm a localidade identificada e não são oriundas de bancada ou comissão, somaram R\$ 16,9 bilhões nestes 11 anos. Deste montante, somente 11,8% foram executadas, um total de R\$ 2 bilhões.

Nos dados por Estado, Rondônia aparece em primeiro lugar no ranking dos que mais tiveram emendas executadas. Foram 20,2% de execuções nos Municípios rondonienses. Minas Gerais, Tocantins e Ceará vêm em seguida, com execução acima de 17%. O Amapá é o Estado com a menor execução de emendas, segundo o levantamento, são apenas 5%.

“Como vamos trabalhar a distribuição de orçamento dessa forma?”, questionou Ziulkoski. Para ele, deveria haver um critério de distribuição para garantir o destino das emendas. “Por população ou por pobreza”, sugeriu.

MUNICÍPIOS EXCLUÍDOS – As desigualdades na prática de emendas parlamentares não param por aí. Segundo a pesquisa, apesar de 4.541 Municípios constarem na relação dos que tiveram emendas consignadas, 38% deles não receberam recursos. Além disso, 629 Municípios não tiveram nem a promessa de recursos por meio de emendas. Uma vez que, da lista dos conselheiros, 1.877 contaram apenas com o anúncio e não receberam os recursos.

“Dentro dos 629 Municípios, existem cinco milhões de brasileiros que nunca foram beneficiados com emendas. É quase um Uruguai inteiro”, alertou.

Paulo Ziulkoski lembra que as emendas não podem ser repassadas para os Municípios que constam da lista do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc), e que essa listagem possuiu, atualmente, mais de quatro mil nomes.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – A proposta oficial da Confederação é a criação do Fundo de Desenvolvimento Municipal (FDM) com 1% da Receita Corrente Líquida da União. “Esses recursos seriam repassados de maneira mais justa, igualmente, como funciona o FPM [Fundo de Participação dos Municípios]. E essa é a hora de pensarmos nisso, no momento em que o orçamento impositivo e a reforma política são discutidos”, completa Ziulkoski.

“Queremos que o dinheiro vá para a população de forma justa. Não podemos permitir que os parlamentares fiquem só negociando emendas no varejo. Isso prende o parlamentar, e quem perde é o Brasil. Seremos motivo de apedrejamento no Congresso, mas vamos enfrentar”, defende o presidente da CNM.

Além de diminuir a desigualdade, a Confederação vê outros dois benefícios com o fim das emendas. Paulo Ziulkoski explica que, assim, os parlamentares teriam mais tempo para legislar e fiscalizar, e a corrupção diminuiria. “Os desvios de recursos nunca são de transferências obrigatórias, como a dos Fundos. São de transferências voluntárias, como as emendas. A quem interessa manter essa estrutura?”

Ziulkoski afirma que o estudo mostra as disparidades das emendas e incentiva a adoção de critérios universais. “Queremos acabar com o pires na mão que tanto envergonha os Municípios. Acabar com esse vai e vem a Brasília”. De acordo com o presidente, custos de viagens, hospedagens, ida e vinda de técnicos e estudos custam, às vezes, mais do que as emendas.

Como conclusão, a CNM se afirma favorável ao Orçamento impositivo e apela pela igualdade no envio de recursos, mas acredita que a discussão deve ser aprofundada. Para isso, cópias do estudo serão enviadas à Presidência da República e ao Congresso Nacional.

“Emendas são usadas como jogo de interesse e isso tem de acabar”, finaliza.



CNM mostra dificuldades que programas federais causam aos Municípios

Criar medidas que vão ao encontro dos déficits sociais é mais do que uma preocupação dos poderes públicos, é uma reivindicação e uma real necessidade da sociedade brasileira. Melhorias na prestação dos serviços básicos – garantias constitucionais – são cobranças que os prefeitos recebem diariamente. No entanto, a forma como os governos estaduais e federal tentam suprimir a demanda tem causado sobrecarga administrativa e orçamentária nos Municípios e, consequentemente, crise financeira nas prefeituras.

“Ao longo do tempo, as políticas públicas estão sendo cada vez mais executadas por meio de programas e convênios. Isso representa a transferência de responsabilidades, principalmente quando essa é da União em direção aos Municípios”, denuncia o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Ziulkoski tem, insistentemente, falado sobre as dificuldades causadas pelos mais de 350 programas federais nas finanças e na administração municipal. Isso, porque, além das altas contrapartidas e gastos no custeio, os repasses federais destinados às ações são menores do que o custo efetivo. “Na realidade, a despesa de execução chega a ser até 200% maior que o repasse recebido”, alerta o líder municipalista. Ele também anuncia a perversidade dessa relação, uma vez que a parte dos Municípios no bolo tributário é reduzida, e a adesão a programas é uma falsa ideia de acesso aos recursos federais.

Muitos gestores ainda não se atentaram para a forma como os programas mi-

gram os recursos dos cofres municipais. Mas, para mostrar como as prefeituras se tornam reféns dessas políticas públicas, a CNM fez um estudo com base no ônus da execução dos programas federais. Por meio do projeto *Experiências Municipais*, a entidade faz análise detalhada das iniciativas nas áreas de Desenvolvimento Social, de Educação e de Saúde, em diversas gestões municipais de todo o País.

Os dados mencionados a seguir são resultados do trabalho desenvolvido pela equipe técnica da CNM. Nesta edição do *Boletim CNM*, serão mostradas avaliações dos principais programas disseminados, que são também os que causam maior impacto na contabilidade nas áreas de Desenvolvimento Social e de Educação. São eles: Programa de Atenção Integral à Família/Centros de Referência da Assistência Social (Paif/Cras); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); Bolsa Família (PBF); Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Na próxima edição, será mostrado o impacto dos programas propostos na área da Saúde.

Uma análise pormenorizada dos valores repassados pelo governo federal para que os Municípios executem os programas, acompanhada da correção monetária e de uma previsão das reais despesas das prefeituras, também está discriminada abaixo. A correção monetária dos repasses mostra o quão defasados podem ser esses valores e o quanto podem estar aquém das reais despesas dos Municípios na execução das tarefas que lhes são delegadas.



Programa de Atenção Integral à Família (Paif)

Foi criado pela Portaria 78/2004 do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS) com objetivo de ampliar o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

A assistência é feita no Centro de Referência de Assistência Social (Cras), que deve ser construído no Município com base nas normas estabelecidas pelo governo. Como por exemplo: o espaço físico deve ter, no mínimo, *hall* de espera, recepção, sala de atendimento individualizado, sala para os grupos socioeducativos e atividades coletivas/comunitárias e sala administrativa.

► COMPETÊNCIAS E DESPESAS MUNICIPAIS



O governo arca com os recursos para implantação dos Cras, mas os Municípios são responsáveis pela estruturação, manutenção do espaço físico e pagamento de pessoal. Cada Cras deve ter assistentes sociais, psicólogos, educadores e outros profissionais.

► REPASSE DO GOVERNO E DEFASAGEM

O valor inicial de R\$ 1,80 por família começou a vigorar em agosto de 2005 e até hoje não foi alterado. Se fosse corrigido pelo IPCA, o valor seria de R\$ 2,31 por família. De acordo com os dados da CNM:

a defasagem está em **28%**.



Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)

Foi estabelecido a partir de um acordo entre a União, os Estados e as entidades da sociedade civil, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A proposta é atender família com filho entre 7 e 15 anos, inseridos em contexto de trabalho perigoso, penoso, insalubre ou degradante. Tem Prioridade famílias com renda *per capita* de até ½ salário mínimo. O programa compõe o Sistema Único de Assistência Social (Suas), teve diretrizes e normas estabelecidas pela Portaria 458/2001 e foi integrado ao PBF pela Portaria 666/2005 do MDS.

► COMPETÊNCIAS E DESPESAS MUNICIPAIS

Os serviços socioeducativos do Peti também são realizados no Cras. Além da manutenção da unidade, o Município deve arcar com as despesas, inclusive, os salários dos profissionais envolvidos no programa. Além disso, a prefeitura deve assumir diversos outros compromissos para execução. Como por exemplo: cofinanciar junto com os Estados e a União os recursos para concessão da Bolsa Criança Cidadã e para custeio da jornada ampliada.

► REPASSE DO GOVERNO E DEFASAGEM



O valor repassado pelo governo não tem alteração desde **dezembro de 2008**.

A de defasagem também está em torno de 28%, se considerada a inflação para o período.

Programa Bolsa Família

Foi instituído pela Lei 10.836/2004 para viabilizar a transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com condicionalidades ligadas às áreas de Educação e Saúde.

Unificou programas federais e procedimentos de gestão e execução das ações. Inclui, especialmente, o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação (Bolsa Escola) de 2001; o Acesso à Alimentação (Pnaa) de 2003; o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde (Bolsa Alimentação) de 2001; o Programa Auxílio-Gás de 2002; e o Cadastro Único de 2001.



► COMPETÊNCIAS E DESPESAS MUNICIPAIS

Um dos que mais sobrecarrega as prefeituras, o programa traz diversas responsabilidades aos Municípios. Entre elas:

- identificar e inscrever no Cadastro Único (CadÚnico) as famílias;
- dispor de infraestrutura e recursos humanos permanentes para a execução das atividades inerentes à operacionalização do Cadastro;
- garantir o acesso dos beneficiários do PBF aos serviços de educação e saúde, em articulação com os governos federal e estadual;
- acompanhar o cumprimento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação; e estabelecer parcerias para a oferta de programas complementares aos beneficiários.

► REPASSE DO GOVERNO E DEFASAGEM

Quando foi criado, o Município recebia parcela única de R\$ 6,00 por família cadastrada no CadÚnico. As demais despesas da gestão eram inteiramente assumidas pelos Municípios.

Em 2006, foi instituído o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), pela Portaria 148/2006, como garantia de repasse dos recursos financeiros. Quanto maior o IGD, maior o valor do recurso.

Além de executar política da União, a prefeitura deve atingir o valor mínimo de 0,55 no cálculo do IGD e o valor mínimo de 0,2 em cada um dos quatro indicadores que compõem o Índice para receber os recursos.

O valor por cadastro válido estabelecido em 2006 era de R\$ 2,50 e, em 2010, foi alterado para R\$ 3,25. Após essa data, não sofreu reajuste e, portanto, já está defasado em 18%, se for considerada a inflação do período.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Existem alguns programas sociais do governo federal amplamente disseminados pelo País. A CNM apresenta os dados dos principais geridos pelos Municípios.

Paif – Programa de Atenção Integral à Família				
Tipo	Valor Inicial Agosto 2005	Valor Atual (A)	“Valor Corrigido Maio 2013 (B)”	Defasagem (A/B)
Valor por família referenciada	R\$ 1,80	R\$ 1,80	R\$ 2,31	28%



Valter Campanato/ABr

Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil				
Tipo	Valor Inicial Dezembro 2008	Valor Atual (A)	“Valor Corrigido Maio 2013 (B)”	Defasagem (A/B)
Grupo 20 crianças (+ de 1)	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 640,59	28%
Grupo 20 crianças (somente 1)	R\$ 1 000,00	R\$ 1 000,00	R\$ 1 281,19	28%



Etiza Flúza/ABr

IGD – Índice de Gestão Descentralizada				
Tipo	Valor Inicial Janeiro 2006	Valor Atual (A)	“Valor Corrigido Maio 2013 (B)”	Defasagem (A/B)
Valor por cadastro válido	R\$ 2,50	R\$ 3,25	R\$ 3,82	18%



Agência CNM

EDUCAÇÃO

Responsáveis constitucionalmente pela educação infantil, os Municípios acabam assumindo responsabilidades que são da União e dos

Estados para atender às necessidades de suas regiões. Além de ter o menor repasse para o custeio da etapa, as prefeituras ainda são lesadas com os programas impostos pelo governo federal. Nesta área, dois programas foram analisados.

Pnate – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar				
Tipo	“Valor Inicial Janeiro 1995”	Valor Atual (A)	“Valor Corrigido Maio 2013 (B)”	Defasagem (A/B)
Valor por estudante	R\$ 76,47	R\$ 120,73	R\$ 145,29	20%



Giuliano Gomes/SEED/Gov. Paraná

Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolas				
Tipo	“Valor Inicial Janeiro 1995”	Valor Atual (A)	“Valor Corrigido Maio 2013 (B)”	Defasagem (A/B)
Valor por estudante	R\$ 0,13	R\$ 0,30	R\$ 0,37	23%



Via Velha/ES

Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate)

Foi instituído pela Lei 10.880/2004 com o objetivo de garantir aos alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural, o acesso ao transporte escolar. Uma vez que o transporte dos alunos matriculados na rede de ensino municipal é de responsabilidade da prefeitura, os recursos são de caráter suplementar, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Lei 11.947/2009 ampliou o programa para toda a educação básica para beneficiar também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais. A medida promoveu a transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio para custear despesas do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

► COMPETÊNCIAS E DESPESAS MUNICIPAIS



Giuliano Gomes/SEED/Gov. Paraná

Entre as responsabilidades dos Municípios, estão: aquisição de frota; remuneração dos motoristas responsáveis pelo transporte dos alunos e dos monitores responsáveis pelo acompanhamento e segurança dos alunos nos trajetos percorridos; e planejamento das rotas de acordo com a localização das escolas e residências dos estudantes.

► REPASSE DO GOVERNO E DEFASAGEM

Embora seja suplementar, a porcentagem de contribuição da União é bastante reduzida, apesar de ser o ente federativo com a maior fatia do bolo tributário. Assim:

OS MUNICÍPIOS ENTRAM COM 85% DOS GASTOS

Se for analisada a defasagem do programa que foi instituído em 1995, ao considerar os reajustes de valores ao longo do tempo, percebe-se que há uma perda de 20% quando se atualiza o último valor (2011) sendo contabilizada a inflação (IPCA).

Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)

Foi implantado em 1955 para auxiliar na aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar de alunos da educação infantil (creches e pré-escola) e do ensino fundamental. Inclui as escolas indígenas, matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Também de caráter suplementar, o programa transfere recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Até 1993, a execução do programa foi centralizada, e o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e fazia a distribuição dos alimentos em todo o território nacional. A Lei 8.913/1994 instituiu a descentralização dos recursos para execução por meio de convênios com os Municípios e com o envolvimento das secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Essa descentralização — já sob o gerenciamento do FNDE — foi confirmada pela Medida Provisória 1.784/1998. Além do repasse direto a todos os Municípios e secretarias de Educação, a transferência passou a ser automática, sem a necessidade de celebração de convênios.

► COMPETÊNCIAS E DESPESAS MUNICIPAIS

Apesar de não ser um programa exclusivamente federal, os Municípios assumiram diversas tarefas. Como por exemplo: ter nutricionista responsável pela elaboração dos cardápios da alimentação escolar; responsabilizar-se pelo recebimento e complementação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE; instituir um Conselho de Alimentação Escolar (CAE); garantir ao CAE a infraestrutura necessária à execução das atividades de sua competência; promover ações de saneamento básico nas instituições escolares de sua responsabilidade; possuir estrutura adequada para o armazenamento dos gêneros alimentícios na sede do Município e nas escolas; promover o transporte e a entrega dos gêneros alimentícios a todas as escolas da sua rede e manutenção dos carros; assegurar pessoal responsável pela elaboração e distribuição das refeições; adquirir utensílios e equipamentos para distribuição da merenda; adquirir o gás de cozinha e manter os equipamentos de cozinha.

► REPASSE DO GOVERNO E DEFASAGEM

Quando foi instituído o programa, o valor diário *per capita* era de R\$ 0,13. Atualmente, a União repassa, por dia letivo, R\$ 1,00 por aluno de creches públicas e filantrópicas e R\$ 0,30 por estudante do ensino fundamental. Para os alunos das escolas indígenas e localizadas em comunidades quilombolas, o valor *per capita* é de R\$ 0,60.

Ao considerar o valor do início do programa, R\$ 0,13 por estudante, percebe-se que há uma defasagem de 23% nos valores trazidos para maio de 2013, já consideradas as quatro atualizações efetuadas ao longo dos anos.

Geral

Manutenção da iluminação em rodovias federais não é obrigação de Municípios

Em todo o País, algumas rodovias federais passam por perímetros urbanos e, por isso, alguns Municípios arcam com a manutenção da iluminação dessas vias. Arcam indevidamente, explica a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Uma instrução técnica elaborada pela entidade mostra que, perante a lei, o ente municipal não tem nenhuma obrigação na iluminação pública nestes casos.

Luziânia (GO) possui 19 quilômetros de perímetro urbano dentro da BR 040, uma rodovia federal, e, portanto, de responsabilidade da União. Mas tanto a implantação quanto a manutenção deste trecho foram e são feitas pela prefeitura. A informação é do responsável pela divisão de iluminação pública, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Nivaldo Ribeiro.

Como o governo federal não cumpre a obrigação de cuidar deste espaço na rodovia, a Prefeitura de Luziânia usa os recursos próprios para tal serviço. “Por ser nova a administração, não tenho ao certo o total gasto, mas é muito dinheiro”, afirma Nivaldo. Ele explica que o governo local prefere custear a troca das lâmpadas, por exemplo, porque as queixas chegam para a prefeitura. “A população não sabe que não é nossa obrigação”.

O diretor fala sobre outra ocorrência na BR 040, que corta a cidade: o roubo de cabos de energia. “A gente arruma de dia e eles roubam à noite. Estamos buscando uma solução. O problema é intenso”, lamenta. Esses roubos aumentam ainda mais o total gasto dos cofres municipais com uma atribuição federal.

A instrução da CNM explica que, se o Município arcar com essa obrigação, tem direito a buscar ressarcimento dos custos junto ao responsável pela via, neste caso, o governo federal. Nivaldo Ribeiro

não tinha essa informação e foi esclarecido durante a entrevista ao *Boletim CNM*.

Além do ressarcimento, a Confederação adverte: “essa prática não é obrigatória e, mesmo assim, deve ser precedida de convênio autorizado pela Câmara de Vereadores, por se tratar de atividade onerosa. Caso o Município julgue oportuno, deve fazer convênio, segundo o art. 25 do Código de Trânsito Brasileiro”, diz a nota técnica.

A instrução – O documento foi elaborado pela CNM após participação em uma audiência pública, na Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados, no dia 6 de agosto. O posicionamento da entidade em relação à iluminação pública das rodovias federais nos perímetros urbanos foi enviado ao presidente da CVT, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

A Câmara, atualmente, discute essa temática, e, na nota, a Confederação destaca: “as rodovias federais e estaduais não deixam de pertencer à União e aos Estados pelo fato de atravessarem perímetros urbanos. A jurisdição continua sendo dos órgãos federais e estaduais. E a responsabilidade pela manutenção também”.

Para a entidade, não importa o tipo e a característica da via, o responsável pela manutenção será sempre o ente que tem a jurisdição sobre ela. E, de acordo com o Código de Trânsito, os Municípios são responsáveis pelas vias municipais urbanas e rurais; os Estados pelas rodovias estaduais urbanas e rurais; e a União por rodovias federais também urbanas e rurais.



Agência CNM



Agência CNM

Recursos da CIP – Outra questão é motivo de alerta: os recursos da Contribuição de Iluminação Pública (CIP) não são destinados para cobrir custos nas rodovias não jurisdicionadas pelos Municípios. Portanto, mesmo com essa contribuição, o ente municipal não é obrigado a assumir o serviço.

A análise da CNM diz que, “a partir de 2002, os Municípios passaram a assumir tais serviços, considerando o artigo 149-A da Constituição Federal, que instituiu fonte de custeio por meio da CIP. To-

As rodovias dos municípios

...davia, tal contribuição não alberga a possibilidade de sua instituição nem permite a implantação às custas do erário municipal”.

O debate na Câmara refere-se às rodovias federais; no entanto, a Confederação Nacional de Municípios sugeriu que, em futuras discussões, sejam incluídas também as rodovias estaduais. Pois a situação é equivalente. “Nesse caso, as instituições rodoviárias dos Estados devem cuidar da segurança das travessias urbanas à luz da legislação vigente”.

DEMANDAS SEM FONTE DE CUSTEIO

Ao deputado Rodrigo Maia, a CNM lembrou que, nos últimos anos, os Municípios receberam novas obrigações referentes ao Trânsito, mas nenhuma fonte de financiamento. Enquanto as prefeituras não têm de onde tirar os recursos, Estados e União ficam com praticamente toda a arrecadação dos impostos e tarifas, como o Seguro Obrigatório (Dpvt), o Fundo de Segurança do Trânsito (Funset) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Por isso, para a CNM, como Estados e União estão com a quase totalidade da arrecadação, “é o mínimo a se exigir”, a iluminação das vias em perímetros urbanos.

Gestor, informe-se: no caso dos Estados, as instituições designadas são os Departamentos de Estrada e Rodagem (DERs). E, no âmbito da União, são o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), a Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Desenvolvimento Local

FÓRUM MUNDIAL APONTARÁ RUMOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Com a missão de aprofundar o diálogo sobre o desenvolvimento econômico local, um fórum mundial será realizado de 29 de outubro a 1º de novembro em Foz do Iguaçu (PR). Além de organismos internacionais dos cinco continentes, o *II Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local* reunirá sociedade civil, técnicos e políticos, setor privado, atores locais e representantes de diferentes níveis de governo, de instituições de promoção e apoio ao desenvolvimento local com equilíbrio territorial, social e de gênero.

O evento faz parte de um processo que começou com os preparativos do I Fórum Mundial de Agências de Desenvolvimento Local “Território, Economia e Governança Local: novos olhares para tempos de mudanças”, realizado em Sevilha (Espanha) em outubro de 2011. O *I Fórum* reuniu 1.300 participantes, de 47 países, para trocar experiências e instrumentos territoriais e para explorar a sua relação com estratégias nacionais e com o debate global sobre o desenvolvimento humano sustentável.

Ao longo dos quatro dias do fórum, haverá palestras, debates e oficinas. Os objetivos são: facilitar um diálogo político internacional que inclua os atores públicos e privados, promover a elaboração de políticas públicas, demonstrar sua relevância socioeconômica e ambiental e apresentar a necessidade de instrumentos de implementação de estratégias e planos como as Agências de Desenvolvimento Econômico Local e as Agências de Desenvolvimento Regional. Em 1º de novembro, serão apresentadas as conclusões e a declaração do *II Fórum*.

Os debates serão organizados sobre sete eixos:

1. Estratégias de Desenvolvimento Econômico Local: os grandes desafios
2. Políticas nacionais para o desenvolvimento econômico local
3. O potencial endógeno dos territórios
4. Desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável
5. Inovação
6. Instrumentos de promoção e apoio ao desenvolvimento econômico local: as agências de desenvolvimento econômico territorial
7. Cooperação Sul-Sul e triangular

Serviço:

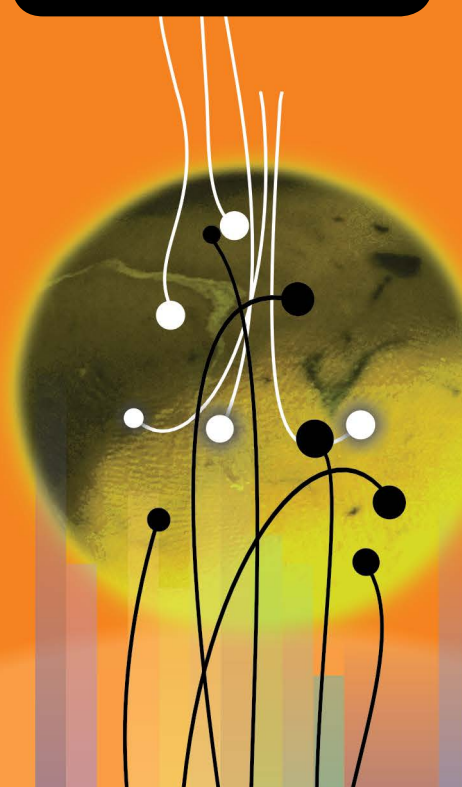
O que: *II Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local*

Quando: 29 de outubro a 1º de novembro

Onde: Foz do Iguaçu (PR)

Mais informações:

<http://www.foromundialdel.org>



Economia

Municípios provam que a r

Um grupo seletivo de Municípios, através da agricultura, pecuária, turismo ou da presença de indústrias, tem conseguido programar ações para aumentar a arrecadação municipal. A partir de uma série de medidas administrativas que, além de “enxugar” a máquina, buscaram desburocratizar a administração, o Município de Santa Rita do Trivelato, no Mato Grosso, voltou a crescer. E este crescimento foi refletido diretamente no aumento da arrecadação.

Com 2.800 habitantes, tem uma renda média mensal superior R\$ 3 mil. Este valor foi alcançado com a criação de novas empresas, incentivadas pelas facilidades propostas pelo prefeito, a criação da nota fiscal eletrônica e uma fiscalização tributária justa e eficiente. A arrecadação do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), por exemplo, foi a que mais cresceu.

O Município é um grande produtor de soja e milho. São mais de 200 mil hectares plantados que produzem anualmente mais de 10 milhões de sacas de soja e cinco milhões de sacas de milho. O prefeito Hugo Garcia Sobrinho, que está no primeiro mandato, acredita que o Município ainda deve crescer mais, pois a prefeitura tem apostado na industrialização da matéria-prima para atrair grandes investidores.

Garcia adianta que no próximo ano a cidade já deve contar com um parque industrial mais avançado e estruturado. “Precisamos agregar valor ao produto. Vamos investir em infraestrutura e logística de escoamento. A necessidade de priorização das receitas próprias municipais fica evidenciada, neste momento, pois a redução do repasse do Fundo de Participação dos Municípios



Ana Nascimento/MSD



Governo Bahia

(FPM) provocou uma forte pressão na gestão municipal”, confirma.

UM AGRESTE QUE DESPONTA

Já na outra ponta do País, o *jeans* tem transformado o Município pernambucano de Toritama. Localizado a 167 quilômetros de Recife, a cidade, que possui o menor território de Pernambuco – 33 quilômetros quadrados –, não tem desemprego, importa trabalhadores e seu crescimento é para lá de chinês.

Ao longo de quase uma década, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 101,2%, enquanto a população aumentou 63,1%. A cidade é consi-

derada “a capital do jeans” e consome 14% de toda a produção brasileira do tecido.

Conhecida em meados do século passado pela sua produção de artigos de couro, principalmente sapatos, Toritama entrou em decadência a partir dos anos 1980, com o desenvolvimento de outros polos calçadistas na região. Mirou-se no exemplo de Santa Cruz do

Capibaribe, onde sua população ia em busca de tecidos para transformar em confecções, e, assim, sobreviver. O que mais sobrava nas feiras eram os retalhos de jeans.

Com o crescimento do Município, a prefeitura criou a secretaria municipal de Indústria e Comércio para investir mais no polo de confecção e dar infraestrutura para os empresários. Toritama conta com uma população de 35 mil habitantes, mais a população flutuante soma mais de 60 mil pessoas. É uma cidade pequena com problemas de cidade grande. “A região está gerando um êxodo ao contrário, muitas pessoas estão vindo das capitais para a cidade”, conta o prefeito Odon Ferreira.

O Município conseguiu triplicar sua arrecadação com o polo de confecção, “mas a maioria da arrecadação vem do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Estamos apostando na conscientização da população para que eles paguem o Imposto Territorial Rural (ITR) e alvarás”, explica.

O Polo de Confeccões de Pernambuco compreende Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. Juntas, essas três cidades detêm 73% da

Riqueza pode vir do interior

produção estadual de vestuário. Toritama está consolidada como grande produtora de confecções, com 16% da produção nacional de roupas jeans. Cerca de dez Municípios participam do polo e fortalecem o crescimento da região, que registrou crescimento de 56% este ano, número maior que o crescimento do Estado de Pernambuco, que foi de 44% de acordo com o Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções do Agreste Pernambucano.

MESMO EM EXPANSÃO, AINDA FALTA ÁGUA

Em 2011, a atividade gerou faturamento de R\$ 1,1 bilhão no Polo de Confecções, dinheiro bastante para uma área que antes dependia da agricultura, enfrentava fome provocada por secas constantes e que, ainda hoje, carece de água. Em quase todo o polo, carros importados e motos convivem com caminhões-pipa ou água carrega-

da em lombo de jumento.

A pesquisa foi efetuada nos dez Municípios mais conhecidos pela atividade, mas comerciantes e fabricantes da área admitem que o polo está se expandindo por pelo menos 18 cidades. Ao todo, são 107.177 empregos gerados na região. A prefeitura pretende atrair mais investimentos, “pois, com a vinda de grandes eventos esportivos para o país, vamos atrair investimento para o agreste”, adianta.

Triunfo, capital do turismo pernambucano

Triunfo tem jeito colonial e prédios centenários bem preservados. O Município conquistou mais de 250 mil turistas somente em 2012. A cidade tem os seus sabores, que o visitante é convidado a experimentar. Nos engenhos de cana-de-açúcar, o turista se depara com doces caseiros e rapaduras de café, laranja e amendoim. No centro da cidade, uma atração leva o visitante às alturas, com o único teleférico de Pernambuco. E a vista do alto é privilegiada.

Outra raridade em Triunfo é a temperatura, pois é bem mais amena do que no restante do Estado por conta da altitude da região. Os termômetros chegam a 8 graus. A característica faz com que o Município receba em todo mês de julho o circuito do frio, evento que agrega várias apresentações de shows e de grupos de teatro locais. Segundo o secretário municipal de Turismo da cidade, Evanildo Fonseca, a cidade cresceu 46% de 2006 até 2012. “Subimos de 300 leitos, em 2006, para 980, em 2012. Isso demonstra que o turismo ainda é o ponto principal do desenvolvimento econômico de Triunfo”, destaca o secretário.

Aproveitando o potencial turístico da cidade, o prefeito de Triunfo, Luciano de Sousa, priorizou várias ações de planejamento e execução para o setor. Entre as principais medidas, estão: a reestruturação da secretaria de Turismo, Cultura e Desportos; criação do Conselho Municipal de Turismo; desenvolvimento do Plano de Comunicação e Marketing Turístico de Triunfo; implantação do Programa de Certificação e Selo de Qualidade Turística no Município; e a instituição do Programa de Sensibilização Sustentável do Turismo.

E Souza dá a dica para que outros Municípios sigam o exemplo do sucesso do turismo na cidade. “A primeira coisa que o prefeito deve fazer é iden-



tificar os pontos importantes na região que podem atrair turistas. Depois, é importante estabelecer um planejamento estratégico de médio e longo prazo e ir atrás de recursos para melhorar a infraestrutura, além de criar uma política pública municipal de turismo”, explica. O prefeito ainda comenta a importância de o gestor se articular com a iniciativa privada para atrair investimentos para a cidade.

Em 2011, Triunfo ganhou um prêmio de melhor gestão turística municipal do Brasil, no Salão do Turismo.

Boas práticas

Programa de combate ao desmatamento é exemplo

O Município de Paragominas, no Pará, que antes encabeçava a lista dos locais que mais causavam prejuízo ao meio ambiente, agora virou modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Um pacto firmado pela prefeitura com a sociedade implementou um projeto de desmatamento zero em 2009.

Hoje, Paragominas é o único Município da Amazônia com desmatamento monitorado por satélite e com quase 100% de adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Segundo dados do Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas, foram cadastradas 690 propriedades, que ocupam 94% da área rural do Município. Desta forma, segundo o prefeito Paulo Tocantins, é possível que o poder público fiscalize. Ao cruzar as imagens dos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com o mapeamento rural, sabe-se exatamente onde está ocorrendo um foco de desmatamento ou queimada e quem é o responsável por aquele espaço.

Resultado verde – Hoje, o Município conta com 66,45% de todo seu território em floresta nativa consideradas como áreas protegidas. Como resultado dos esforços municipais, 11 hectares foram instituídos como Parque Ambiental Municipal de Paragominas, área verde com função ambiental e social. O Programa já plantou 50 milhões de árvores e, a cada ano, planta mais cinco milhões de mudas. O sucesso foi tão grande que o gover-



Pref. Paragominas/PA



Pref. Paragominas/PA

no do Estado implementou o programa em outros Municípios do Pará.

O prefeito, Paulo Tocantins, explica que as escolas recebem educação ambiental, com assuntos relacionados às medidas implementadas na cidade, como reflorestamento, agricultura de baixo carbono, financiamentos na Amazônia para o baixo carbono, entre outros. “Até 2017, a meta é plantar 12 metros quadrados por habitante na zona urbana do Município”, adianta.

O gestor conta que, em troca da adesão ao cadastramento, proprietários rurais receberam perdão de parte do valor devido em multas causadas por passivos ambientais do passado. Áreas de Proteção Permanente (APAs) e reservas legais estão sendo recompostas com o auxílio dos próprios fazendeiros, para compensar o abatimento.

Antes da mobilização que modificou para sempre a cultura da população, a Força Nacional realizou ações de repressão, autou e fechou empresas. Em 2009, o Ministério Público Federal embargou a carne produzida no Pará, fazendo com que produtores, indústrias e frigoríficos sentissem no bolso as consequências da falta de consciência ambiental.

O reconhecimento ultrapassou fronteiras e o trabalho ambiental foi homenageado no Fórum Mundial de Empreendedores Sociais, realizado na Inglaterra.

Prefeitura aposta em investimento em educação – Mas o modelo de sustentabilidade de Paragominas não é baseado na repressão, e sim na diversificação das atividades econômicas do Município e na qualificação dos produtos. Isso significa que Paragominas quer ter propriedades rurais com criação de gado, plantio de grãos, áreas de reflorestamento para produção de madeira e manter preservada a área de floresta nativa, que corresponde a 65% do total.

Para diversificar, é preciso acomodar o que já existe e impedir que tudo isso avance sobre a parte mais frágil e mais valiosa, que é a Floresta Amazônica. O prefeito busca agora verticalizar a produção do Município atraindo beneficiadoras de grãos, indústrias moveleiras e frigoríficos. “Uma cidade não pode depender de uma única atividade econômica. É da interação entre os vários setores que poderemos garantir desenvolvimento e evitar crises”, diz ele.